

**Aquisição de calçados de proteção**

**ANEXO I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**UNIDADE REQUISITANTE:** Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho - GMEST

**RESPONSÁVEIS PELA EMISSÃO:** Henrique Faleiro Souza

**1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. Do Objeto**

**1.1.1.** O presente instrumento tem por objeto a aquisição de calçados de proteção, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITENS	DESCRIÇÃO	CÓDIGO SICAM	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Sapato de proteção para coleta domiciliar e varrição, com palmilha resistente à perfuração. Nº 33 ao 47.	83078	Par	1000
2	Bota de proteção tipo borzeguim solado de poliuretano bi densidade bicolor com salto, palmilha de aço. Nº 36 ao 45.	83079	Par	300
3	Bota de PVC branca. Nº 37 ao 44.	83080	Par	100
4	Bota de borracha com palmilha de aço. Nº 37 ao 44.	83081	Par	30

**1.2. Da caracterização da Contratação**

**1.2.1.** Os bens objeto desta contratação serão licitados em Lote único, em razão da necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, vez que vários prestadores de serviços poderão implicar em dificuldades gerenciais no tocante à fiscalização. Somado a isso a possibilidade de se estabelecer um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo da execução do contrato fica, sobremaneira, dificultado quando se trata de diversos contratados.

**1.2.2.** Os bens objeto desta contratação não se enquadram como sendo de luxo, conforme Decreto Municipal nº 17.726/2021, tendo em vista tratar-se de aquisição de equipamentos de proteção individual.

**1.2.3.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

**1.3. Do parcelamento da Contratação**

**1.3.1.** Os produtos a serem adquiridos não foram parcelados porque as quantidades especificadas são planejadas para consumo durante 01 (um) ano e se torna mais vantajoso e econômico a aquisição de um fornecedor, favorecendo o planejamento de entrega e consumo ao longo do ano.

**Aquisição de calçados de proteção**

**1.4. Da Contratação:**

- 1.4.1.** A contratação do objeto licitado será efetivada mediante formalização de contrato, nos termos da minuta que será parte integrante do Edital.
- 1.4.1.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 1.4.2.** O contrato, se necessário, será reajustado mediante iniciativa do Contratado, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do IPCA.
- 1.4.3.** A adjudicatária deverá assinar o contrato dentro do prazo de até 05 (cinco) dias corridos contados da respectiva convocação.
- 1.4.3.1.** O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 1.4.3.2.** A recusa em formalizar o ajuste, no prazo estabelecido no **subitem 1.4.3**, sem justificativa por escrito e aceita pela autoridade competente, bem como a não manutenção de todas as condições exigidas na habilitação, sujeitará a licitante vencedora às penalidades cabíveis.

**1.5. Do Reajuste:**

- 1.5.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 1.5.2.** Após o interregno de um ano, mediante pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, com a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IPCA/IBGE).
- 1.5.3.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 1.5.4.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.5.5.** O reajuste poderá ser realizado por apostilamento nos termos do art. 136, I da lei 14.133/21.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.** Justifica-se a contratação e seu quantitativo para atender requisitos normativos previstos na NR-06 da Portaria 3214/78 e pela necessidade de proteção dos trabalhadores contra acidentes e doenças do trabalho com a adoção de Equipamento de Proteção Individual capazes de proporcionar a adequada proteção contra os riscos existentes no ambiente de trabalho. Os equipamentos a serem adquiridos já são de uso habitual dos trabalhadores e, sendo assim, há a necessidade de reposição de estoque dos itens, evitando notificações do M.T.E Ministério do Trabalho e Emprego.
- 2.2.** Os quantitativos estimados e solicitados no presente instrumento foram elaborados com base nos seguintes critérios:

**Aquisição de calçados de proteção**

- 2.2.1. Consumo efetivo dos últimos doze meses (relatório do almoxarifado);
- 2.2.2. Análise do quantitativo ainda restante em estoque (relatório do almoxarifado);
- 2.2.3. Análise da média mensal de consumo x atividade;
- 2.2.4. Acréscimo de margem de segurança de 10% (dez por cento) para fazer frente aos constantes imprevistos que demandam estes itens.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**

- 3.1. O fornecimento objeto do presente instrumento prevê a solução para a devida proteção dos trabalhadores contra os riscos ambientais e riscos de acidentes presentes nos postos de trabalho durante o desempenho de suas atividades habituais. Leva, ainda, em consideração o ciclo de vida do bem, tendo em vista que os EPI's sofrem desgaste à medida que são utilizados e sua eficiência é reduzida e, portanto, a reposição periódica é aplicável para manter o nível de proteção dos trabalhadores.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**4.1. Da indicação de marcas ou modelos:**

- 4.1.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

**4.2. Das amostras:**

- 4.2.1. A exigência de apresentação da amostra se justifica pela necessidade de avaliar a os requisitos técnicos previstos nas especificações do equipamento e avaliar a correta adequabilidade do equipamento para a efetiva proteção do trabalhador, conforme disposto no inciso II do art. 41 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.2.2. O licitante arrematante deverá entregar 01 (uma) unidade como amostras de cada item que compõem o lote, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação do pregoeiro no “chat de mensagens” do grupo arrematado, para análise da Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho da Superintendência de Limpeza Urbana que irá verificar o enquadramento das características do equipamentos de acordo com as especificações contidas nos anexos deste instrumento.
- 4.2.2.1. O prazo estipulado poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.
- 4.2.2.2. A prorrogação somente ocorrerá se a CONTRATADA demonstrar na justificativa que agiu de forma tempestiva e que o atraso na entrega não decorreu de nenhum fator de sua responsabilidade.
- 4.2.3. As amostras deverão estar devidamente identificadas, preferencialmente com etiqueta autocolante, constando em caracteres indelévels, legíveis e visíveis, marcações com o nome comercial do fabricante ou do importador, o lote de fabricação e o número do CA (Certificado de Aprovação), em conformidade com todos os requisitos da NR-06, Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, número do pregão e demais informações que julgar necessárias.

**Aquisição de calçados de proteção**

- 4.2.4.** As amostras deverão ser entregues nas dependências da Diretoria Administrativo Financeira da Superintendência de Limpeza Urbana, **situada na Rua Sergipe, nº 64, 6º andar, de segunda-feira à sexta-feira, no horário de 08h:00 às 16h:00.**
- 4.2.4.1.** Correrão por conta da Licitante todas as despesas com envio das amostras, embalagem, transportes e outros, decorrentes da entrega e da própria aquisição dos produtos.
- 4.2.5.** No caso de não haver entrega das amostras ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostras fora das especificações previstas, o licitante será desclassificado.
- 4.2.6.** As amostras serão abertas sendo avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade de acordo com as especificações técnicas previstas nos anexos deste instrumento.
- 4.2.7.** Os resultados das avaliações serão divulgados no sistema eletrônico.
- 4.2.8.** Sendo a(s) amostra(s) apresentada(s) **reprovada(s)**, a Arrematante terá 03 (três) dias úteis, **improrrogáveis**, contados da data de recebimento do parecer técnico emitido pela Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho – GMEST-SLU, para corrigir possíveis falhas e reapresentá-la(s). **Tal benefício será concedido apenas uma única vez por arrematante.**
- 4.2.9.** Caso as amostras não sejam apresentadas no prazo estabelecido ou não estejam compatíveis com o edital, o licitante será desclassificado, sendo convocado o 2º colocado e assim sucessivamente, até que se defina um vencedor.
- 4.2.9.1.** Só será julgada vencedora a proposta do arrematante que tiver todas as amostras dos itens que compõem o lote devidamente aprovadas.
- 4.2.10.** As amostras colocadas à disposição da Administração serão tratadas como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.2.11.** Após a homologação do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes que tiveram suas amostras reprovadas no prazo de 05 (cinco) dias corridos, após o qual a Superintendência de Limpeza Urbana poderá dar o destino que melhor lhe convier, sem direito a ressarcimento.
- 4.2.12.** As amostras da Licitante vencedora serão retidas pela Superintendência de Limpeza Urbana e poderão ser encaminhadas às unidades receptoras dos bens para confronto e controle de qualidade nos atos de entrega.
- 4.2.13.** Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 4.3. Subcontratação:**
- 4.3.1.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade da Contratada.
- 4.4. Da participação de consórcios:**

**Aquisição de calçados de proteção**

**4.4.1.** Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos produtos a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os produtos de forma independente e em sua totalidade.

**4.5. Garantia da contratação:**

**4.5.1.** Exigir-se-á da adjudicatária, previamente à assinatura do contrato, a prestação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

**4.5.2.** A garantia à execução poderá ser prestada por uma das seguintes modalidades:

- I. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- II. seguro-garantia;
- III. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- IV. título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**4.5.2.1.** A opção pela modalidade de garantia será feita quando da convocação pela Administração Municipal.

**4.5.2.2.** No caso de opção pela modalidade de seguro garantia, a adjudicatária terá 1 (um) mês, da data da homologação da licitação e antes da assinatura do contrato, para apresentar a garantia ao Contratante.

**4.5.2.3.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**4.5.3.** Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

**4.5.4.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b. multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
- c. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado, quando couber.

**4.5.4.2.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem acima, observada a legislação que rege a matéria.

**Aquisição de calçados de proteção**

- 4.5.5.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.5.6.** Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.5.7.** Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.
- 4.5.8.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 4.5.9.** O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.5.9.1.** O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.5.9.2.** Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.5.10.** Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.5.11.** A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato e desde que não haja no plano administrativo, pendência de qualquer reclamação a elas relativas ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.5.12.** O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 4.5.12.1.** O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**5.1. Forma de fornecimento:**

- 5.1.1.** O fornecimento dos produtos será parcelado.

**5.2. Condições de Entrega:**

- 5.2.1.** O fornecimento dos produtos será feito mediante pedido expresso da Contratante de acordo com as quantidades necessárias em determinado período durante a vigência do contrato.



**Aquisição de calçados de proteção**

- 5.2.2.** O prazo máximo de entrega dos produtos é de 25 (vinte e cinco) dias corridos contados a partir do recebimento da respectiva Ordem de Fornecimento emitida pela Contratante no início da vigência do contrato e as demais trimestralmente e deverá seguir os seguintes quantitativos e prazos (valores estimados, podendo sofrer variações conforme nosso estoque disponível):

**PLANO DE FORNECIMENTO - PEDIDOS**

Pedidos	Item	Meses											
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
<b>1ª Entrega</b>	1 - Sapato de proteção	400											
	2 - Bota de proteção	120											
	3 - Bota de PVC	40											
	4 - Bota Borracha	10											
<b>2ª Entrega</b>	1 - Sapato de proteção				200								
	2 - Bota de proteção				60								
	3 - Bota de PVC				20								
	4 - Bota Borracha				7								
<b>3ª Entrega</b>	1 - Sapato de proteção						200						
	2 - Bota de proteção						60						
	3 - Bota de PVC						20						
	4 - Bota Borracha						7						
<b>4ª Entrega</b>	1 - Sapato de proteção										200		
	2 - Bota de proteção										60		
	3 - Bota de PVC										20		
	4 - Bota Borracha										6		
<b>Medição:</b>			40%			20%			20%				20%
<b>Utilização prevista do Contrato</b>		→ 40% → 60% → 80% → 100%											

Recebimento dos produtos

Aceite e pagamento da Nota fiscal

- 5.2.3.** A Contratada terá até 2 (dois) dias úteis para retirar a Nota de Empenho ou instrumento equivalente contados da sua convocação.
- 5.2.4.** O prazo estipulado poderá ser prorrogado, quando solicitado durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.
- 5.2.5.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

Almoxarifado da Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte – SLU  
Endereço: Rua Dr. Carlos Eduardo Lott, nº 205, Bairro Jardim Filadélfia

**Aquisição de calçados de proteção**

Belo Horizonte/MG,

Horário: das 8h às 11h e das 13h às 16h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

- 5.2.6.** Durante a execução do fornecimento, o local de entrega poderá sofrer modificação, a critério da Contratante, dentro do Município de Belo Horizonte.
- 5.2.7.** A contratada deverá agendar sua entrega, com prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, através do e-mail **gcomp-slu@pbh.gov.br**.
- 5.2.7.1.** No caso de atraso na entrega dos produtos, a Contratada ficará sujeita e obrigada a acatar o agendamento a ser estabelecido pelo Contratante, sem prejuízos à Administração Pública.
- 5.2.7.2.** Os produtos deverão ser descarregados e entregues pela Contratada no interior do local designado para a entrega, sem qualquer ônus para Contratante.
- 5.2.8.** Os produtos fornecidos não poderão ter data de fabricação superior a 06 (seis) meses contados retroativamente a partir da data de entrega no almoxarifado.
- 5.2.8.1. Justificativa:** A exigência supra visa garantir que os produtos entregues sejam recém-fabricados, de forma que não estejam envelhecidos, ressecados, degradados ou na iminência de processos degenerativos da borracha (hidrólise), de forma que os esforços mecânicos e impactos ao qual são submetidos não coloquem sua eficácia em risco proporcionando, assim, a adequada proteção dos trabalhadores.
- 5.2.9.** Os produtos entregues durante a execução do fornecimento poderão ser objeto de análise, por amostragem, a critério da Contratante, para verificar, a qualquer tempo, a qualidade dos produtos adquiridos.
- 5.2.10.** Os produtos danificados não serão recebidos.
- 5.3. Garantia do produto:**
- 5.3.1.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.3.1.1.** Caso o fabricante ofereça um prazo de garantia maior do que o solicitado, esse prevalecerá.
- 6. DA RESPONSABILIDADE**
- 6.1.** A Contratada assumirá integral responsabilidade por danos eventualmente causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no cumprimento do objeto do contrato, isentando, assim, a Contratante de quaisquer reclamações que possam surgir consequentemente ao contrato, obrigando-se, outrossim, a reparar os danos causados, independentemente de provocação por parte da Contratante, ainda que tais reclamações sejam resultantes de atos de seus prepostos ou de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas empregadas ou ajustadas na execução do Contrato.
- 6.2.** A Contratada, na vigência do Contrato, será a única responsável, perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, eximindo a Contratante de quaisquer reclamações e indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os danos materiais e morais causados a seus empregados ou a terceiros, os seguros necessários à execução dos serviços avençados, inclusive os relativos à garantia financeira para aquisição de equipamentos.



**Aquisição de calçados de proteção**

- 6.3.** A Contratada assumirá, automaticamente, ao firmar o contrato, a responsabilidade exclusiva por danos causados à Contratante ou a terceiros, inclusive por acidentes e mortes, em consequência de falhas na execução dos serviços contratados, decorrentes de culpa ou dolo da Contratada ou de qualquer de seus empregados ou prepostos, na forma dos arts. 14, 17, 20 e 23 a 27, da Lei Federal nº 8.078/1990 e, no que couber, pelas disposições da Lei Federal nº 10.406/2002.

**7. GESTÃO DO CONTRATO**

- 7.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.324/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2.** O(s) fiscal(is) do Contrato será(ão) devidamente nomeado(s) pela SLU através de publicação no Diário Oficial do Município, ao(s) qual(is) competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua execução, de tudo dando ciência ao Contratado, como também auxiliar no planejamento executivo, além de poder sustar, recusar qualquer produto que não esteja de acordo com as normas, especificações e técnicas usuais.
- 7.3.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Superintendência de Limpeza Urbana poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.4.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto nº 18.324/2023 e do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 7.5. Além do disposto acima, a fiscalização contratual deverá:**
- 7.5.1.** Verificar se estão sendo cumpridas as especificações técnicas dos produtos, se atendem as exigências e as especificações das normas da SLU e das normas técnicas aplicáveis, exigindo os testes e ensaios normatizados, caso necessários, para garantir a qualidade dos serviços.
- 7.5.2.** Avaliar, com registro em ata, os materiais e equipamentos disponibilizados pelo Contratado, anotando as inconformidades verificadas, de acordo com as orientações para tal contidas nas normas da SLU, normas da ABNT.
- 7.5.3.** Analisar e decidir sobre proposições do Contratado que visem melhorar a execução dos serviços.
- 7.5.4.** Notificar o Contratado quanto a qualquer falha na prestação dos serviços.
- 7.5.5.** Recomendar aplicação de advertências, multas ou outras penalidades previstas no Contrato.
- 7.5.6.** Questionar dos serviços em execução ou executados, materiais em utilização ou já utilizados, sujeitando-os à análise e aprovação.
- 7.6.** A existência da Fiscalização não exime a responsabilidade do Contratado.
- 7.7.** A SLU poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**Aquisição de calçados de proteção**

- 7.8. As comunicações entre a SLU e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.9. As reuniões deverão ser registradas em atas assinadas pelos presentes, preferencialmente digitadas, contendo no mínimo os seguintes elementos:
- 7.9.1. Nome completo e instituições que representam os convocados e convidados e assinatura da ata pelos presentes;
  - 7.9.2. Anotação dos ausentes que foram convidados ou convocados;
  - 7.9.3. Os problemas relatados deverão apresentar encaminhamentos de soluções, com os responsáveis pelo acompanhamento, com os prazos estabelecidos, a forma, o custo e a justificativa das soluções propostas;
  - 7.9.4. Relação das pessoas que receberão cópias da ata.

**8. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**8.1. Recebimento do Objeto:**

- 8.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Superintendência de Limpeza Urbana, após a verificação da qualidade e quantidade dos bens e consequente aceitação mediante recibo aposto na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
  - 8.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**8.2. Liquidação:**

**Aquisição de calçados de proteção**

- 8.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente na unidade responsável pela liquidação, correrá o prazo de até 10 (dez) dias para fins de liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.2.2.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.2.2.1.** O prazo de validade;
  - 8.2.2.2.** A data da emissão;
  - 8.2.2.3.** Os dados do contrato e do contratante;
  - 8.2.2.4.** O período respectivo de execução do contrato;
  - 8.2.2.5.** O valor a pagar; e
  - 8.2.2.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.2.3.** O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente, observando:
- 8.2.3.1.** A retenção do imposto de renda deverá ser destacada no corpo do documento fiscal ou equivalente considerando os percentuais estabelecidos no ANEXO I da IN RFB Nº 1234/2012, de acordo com o art. 1º, § 1º do Decreto nº 18.272/2023 e Portaria SMFA nº 11/2023 c/c § 5º, artigo 2º da IN RFB Nº 1234/2012.
  - 8.2.3.2.** As empresas optantes pelo Simples nacional ou que se enquadrem em alguma hipótese de isenção ou não incidência DEVERÃO informar essa condição expressamente nos documentos fiscais, de acordo com o art. 1º, § 3º do Decreto 18.272/2023 c/c art. 4º da IN RFB Nº 1234.
  - 8.2.3.3.** A retenção do Imposto Sobre Serviços – ISS deverá ser destacado no corpo do documento fiscal, indicando o valor do serviço e do material aplicado (quando cabível), bem como a alíquota do tributo.
  - 8.2.3.4.** Deverá constar no corpo da Nota Fiscal informações relativas a situações especiais, tais como: regime de estimativa, isenção ou imunidade a que estiver sujeita a operação.
- 8.2.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.
- 8.2.5.** A Contratante deverá realizar consulta ao **SUCAF** e/ou **SICAF** e/ou **CAGEF** para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, bem como ao site <https://certdoes.sit.trabalho.gov.br/> para verificar se o Contratado, caso obrigado, cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados pela Previdência Social e aprendizes.
- 8.2.5.1.** A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente poderá ser acompanhado de documentação para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, caso esteja irregular.

**Aquisição de calçados de proteção**

**8.2.5.2.** Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

**8.2.5.3.** Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

**8.2.5.4.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao **SUCAF** e/ou **SICAF** e/ou **CAGEF**.

**8.3. Prazo de pagamento:**

**8.3.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, pelo Departamento Financeiro da Superintendência de Limpeza Urbana.

**8.3.2.** Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a marca, modelo (se houver) e o quantitativo efetivamente entregue.

**8.4. Forma de pagamento:**

**8.4.1.** O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

**9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

**9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:**

**9.1.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**Justificativa:** A forma de aquisição mediante processo licitatório visa garantir a ampla concorrência entre os fornecedores garantindo a maior vantagem para a Administração Pública. O critério de julgamento escolhido para o objeto em questão, que é comumente disponível no mercado, é o menor preço, objetivando alcançar o potencial competitivo com a participação de empresas com expertise no objeto a ser contratado, por meio de uma justa competição. Além disso, neste certame é constatada a viabilidade técnica e econômica de não efetuar a divisão do objeto em vários lotes, o que não inviabiliza uma participação ampla de interessados e tampouco diminui a competitividade e a obtenção de melhores propostas. A aquisição em tela foi agrupada em lote único, considerando-se as similaridades dos itens para agrupamento. A compra agrupada possibilitará a entrega de itens de mesma qualidade e de maneira simultânea, gerando maior controle de durabilidade (e/ou previsibilidade de substituição), a fim de se evitar interrupções e refazimento de serviços.

**9.2. Exigências de habilitação:**

**Aquisição de calçados de proteção**

O Licitante classificado em primeiro lugar, deverá providenciar o envio da **Documentação de Habilitação**, juntamente com os documentos da **Proposta Comercial**, no prazo mínimo de **02 (duas) horas** contadas a partir da solicitação, anexando na opção “Enviar anexo”, os seguintes documentos:

**9.2.1. Habilitação jurídica:**

- 9.2.1.1. Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.2.1.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.2.1.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.2.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.1.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.2.1.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.2.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**Observação 1:** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- 9.2.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.2.2.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**Aquisição de calçados de proteção**

- 9.2.2.3.** Prova de regularidade para com as Fazendas federal, estadual/distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.2.2.4.** Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 9.2.2.5.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 9.2.2.6.** Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador menor nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República.

**Observação 2:** Os documentos referidos acima poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

**9.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

- 9.3.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
- 9.3.1.1.** Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.
- 9.3.2.** Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais já exigíveis e apresentados na forma da lei, que demonstrem a situação financeira do licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, devendo ser observados os subitens abaixo para o devido enquadramento.
- 9.3.2.1.** Serão considerados, “na forma da lei”, o Balanço Patrimonial e a Demonstração Contábil do Resultado dos dois últimos exercícios sociais, assim apresentados:
- a.** publicados em Diário Oficial; ou
  - b.** publicados em Jornal; ou
  - c.** devidamente registrados/autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado no órgão de registro equivalente; ou
  - d.** na forma de escrituração contábil digital (ECD) nos termos da Instrução Normativa da RFB, preferencialmente com o termo de autenticação eletrônica gerado pelo sistema.
- 9.3.2.2.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação ou no exercício anterior, e que ainda estejam dentro do prazo legal para a elaboração do balanço patrimonial deverão apresentar o balanço de abertura devidamente registrado/autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou registrado/autenticado no órgão de registro equivalente.



**Aquisição de calçados de proteção**

- 9.3.2.3.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 9.3.2.4.** Os Balanços Patrimoniais (inclusive o Balanço de Abertura) e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrados no Conselho Regional de Contabilidade.
- 9.3.2.5.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- 9.3.3.** Cálculo dos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:
- I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;
- II - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .
- 9.3.3.1.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta.
- 9.3.3.2.** Reserva-se ao pregoeiro o direito de efetuar os cálculos dos índices, caso estes não sejam apresentados.

**9.4. Qualificação Técnica:**

- 9.4.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de produtos similares com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- 9.4.1.1.** Os atestados ou certidões de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.4.1.2.** Os atestados ou certidões deverão estar emitidos em papel timbrado do órgão ou da Empresa que o expediram, ou deverão conter carimbo do CNPJ dos mesmos ou outra informação que permita a devida identificação do emitente.
- 9.4.1.3.** Não serão aceitos atestados ou certidões de capacidade técnica emitidos pelo próprio licitante.
- 9.4.2.** Apresentação do CA (Certificado de Aprovação), em conformidade com todos os requisitos da NR-06, Portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego de todos os itens/produtos que compõe o Lote.
- 9.4.2.1. Justificativa:** O Certificado de Aprovação (CA) é um certificado de garantia dado pelo Ministério do Trabalho e Emprego garantindo a qualidade dos EPI's em questão, comprovando que estes produtos foram devidamente testados e estão aptos para comércio e uso.

**Aquisição de calçados de proteção**

**9.5. Dos critérios de aceitabilidade da proposta:**

- 9.5.1.** Após a convocação pelo Pregoeiro, o arrematante deverá apresentar Proposta Ajustada.
- 9.5.2.** A proposta de preços deverá conter:
- 9.5.2.1.** Razão social, n.º do CNPJ, endereço, telefone e endereço eletrônico do licitante;
  - 9.5.2.2.** Modalidade e número da licitação;
  - 9.5.2.3.** Especificação do objeto licitado, sendo obrigatório constar a marca (quando for o caso);
  - 9.5.2.4.** Valor global do grupo, discriminando o valor unitário e total;
    - a.** Os valores unitários e totais devem ser apresentados em moeda corrente nacional e em algarismo com o máximo 02 (duas) casas decimais.
    - b.** O valor global deve ser apresentado em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais.
  - 9.5.2.5.** Quando a divisão do valor total/global pela quantidade licitada resultar em valor com mais de 2 (duas) casas decimais, o valor unitário deverá ser adequado ao limite de duas casas decimais. O valor global de cada item obtido após a adequação deverá ser igual ou inferior ao valor arrematado.
  - 9.5.2.6.** Declaração de validade da proposta de 90 (noventa) dias, contados da assinatura.

**10. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**10.1. Das obrigações do Contratado:**

- 10.1.1.** Cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas
- 10.1.2.** Entregar os produtos de acordo com as especificações constantes neste instrumento.
- 10.1.3.** Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Contratante, quanto à execução do fornecimento.
- 10.1.4.** Garantir a boa qualidade dos produtos entregues.
- 10.1.5.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, bem como por todo e qualquer dano causado à Contratante ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 10.1.6.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 10.1.7.** Reparar ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**Aquisição de calçados de proteção**

- 10.1.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 10.1.9.** Confirmar o recebimento da(s) Nota(s) de Empenho encaminhadas por e-mail ou outro meio eficaz, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis;
- 10.1.10.** Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação em cumprimento ao disposto no inciso XVI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 10.1.11.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 10.1.12.** Apresentar sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;
- 10.1.13.** Comunicar ao Contratante a ausência do produto contratado no mercado, apresentando a devida comprovação, tão logo tome ciência do fato que possa vir a comprometer o efetivo cumprimento da obrigação pelo Contratado caso futuramente demandado.
- 10.1.14.** Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato;
- 10.1.15.** Entregar, quando solicitado pelo Contratante, laudo de teste, emitido por órgão estabelecido e reconhecido, que comprove o atendimento das especificações exigidas na licitação e no contrato.
- 10.1.16.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação.

**10.2. Das obrigações do Contratante:**

- 10.2.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado, por meio da Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho – GMEST da Contratante.
- 10.2.2.** Fiscalizar a manutenção pelo Contratado, das condições de habilitação exigidas neste instrumento, durante toda a execução do contrato, em cumprimento ao disposto no inciso XVI do art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.2.3.** Pagar no vencimento a fatura apresentada pelo Contratado correspondente ao fornecimento do(s) produto(s).
- 10.2.4.** Verificar se o material está em conformidade com as especificações exigidas no contrato.
- 10.2.5.** Notificar o Contratado, por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do fornecimento.

**11. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS**

**Aquisição de calçados de proteção**

- 11.1.** Nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto nº 18.096/2023, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas poderá ensejar a responsabilização da Contratada pelas seguintes sanções:
- 11.2.** Serão aplicadas à Contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções administrativas:
- 11.2.1. Advertência,** quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de sanção mais grave, nos moldes do § 2º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 5º do Decreto nº 18.096/2022;
- 11.2.2. Multas, observados os seguintes percentuais:**
- 11.2.2.1.** Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do contrato, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;
- 11.2.2.2.** Multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor atualizado do contrato pelo descumprimento de preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:
- a.** tumultuar a sessão pública da licitação;
  - b.** propor recursos manifestamente protelatórios;
  - c.** deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação junto ao Sistema de Cadastros de Fornecedores (SUCAF) dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela Contratante;
  - d.** deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
  - e.** deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;
  - f.** deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante e no prazo assinalado;
  - g.** não devolver os valores pagos indevidamente pelo Contratante;
  - h.** não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação e qualificação exigidas na licitação, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
  - i.** deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
  - j.** deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
  - k.** deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



**Aquisição de calçados de proteção**

18.096/2022, quando praticadas as infrações administrativas previstas nas alíneas “b” a “g” do subitem 11.2.2.5 deste instrumento e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**11.2.3.1.** A aplicação de 03 (três) sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar.

**11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h” a “i” do subitem 11.2.2.5 deste instrumento, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b” a “g” do subitem 11.2.2.5 deste instrumento que justifiquem a imposição de sanção mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos moldes do art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 20 do Decreto nº 18.096/2022.

**11.2.4.1.** No caso da prática de atos lesivos previstos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013, a que se refere a alínea “i” do subitem 11.2.2.5 deste instrumento, todas as infrações administrativas conexas serão apuradas e julgadas conjuntamente, nos termos da referida lei e do Decreto nº 16.954/2018.

**11.2.5.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste instrumento.

**11.2.6.** As sanções previstas neste instrumento serão fixadas considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias atenuantes ou agravantes, os danos e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, consoante art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.

**11.2.7.** Na hipótese de aplicação da multa compensatória no patamar de 30% (trinta por cento), não poderá haver aumento de pena em razão do disposto no art. 51 do Decreto nº 18.096/2022.

**11.2.8.** Todas as sanções previstas neste instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

**11.2.9.** À luz do caso concreto, a autoridade competente poderá aplicar penalidade menos gravosa do que aquela inicialmente notificada, desde que em conformidade com a lei e compatível com o resultado da apuração respectiva.

**11.2.10.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser paga diretamente à administração, descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente.

**11.2.11.** A multa inadimplida poderá, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Contratante.

**11.2.12.** A aplicação das sanções previstas, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante.

**11.2.13.** O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do



**Aquisição de calçados de proteção**

primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

**11.2.14.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias corridos será considerado como inexecução total do Contrato, devendo os instrumentos respectivos ser rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente explicitadas no ato da autoridade competente pela contratação.

**11.2.15.** A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

**11.2.16.** A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste instrumento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito.

**11.2.17.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa. O Contratado poderá empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, para provar a verdade dos fatos em que se funda sua alegação, pedido ou defesa e que possam influir eficazmente na convicção da autoridade competente para decidir.

**12. DA PROTEÇÃO E TRANSMISSÃO DE INFORMAÇÃO, DADOS PESSOAIS E/OU BASE DE DADOS**

**12.1.** A Contratada obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

**12.2.** A Contratada obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

**12.3.** A Contratada deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

**12.4.** A Contratada não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**12.5.** A Contratada não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**12.5.1.** A Contratada obriga-se a fornecer informação, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários caso quando da transmissão autorizada a terceiros durante o

**Aquisição de calçados de proteção**

cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

- 12.6.** A Contratada fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

**12.6.1.** À Contratada não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

**12.6.1.1.** A Contratada deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

- 12.7.** A Contratada deverá notificar, imediatamente, a Contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

**12.7.1.** A notificação não eximirá a Contratada das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

**12.7.2.** A Contratada que descumprir nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual fica obrigado a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

- 12.8.** A Contratada fica obrigada a manter preposto para comunicação com Contratante para os assuntos pertinentes à Lei Federal nº 13.709/2018 suas alterações e regulamentações posteriores.

- 12.9.** O dever de sigilo e confidencialidade, e as demais obrigações descritas na presente cláusula, permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a Contratada e a Contratante, bem como, entre a Contratada e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei Federal nº 13.709/2018, suas alterações e regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

- 12.10.** O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a Contratada a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais. O contrato oferece maior detalhamento sobre proteção e transmissão de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

### **13. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

- 13.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

**13.1.1.** não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

**13.1.2.** desatendimento das determinações regulares emitidas pela fiscalização ou por autoridade superior;

**13.1.3.** alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

**Aquisição de calçados de proteção**

- 13.1.4.** decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 13.1.5.** caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 13.1.6.** razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima da Contratante;
- 13.1.7.** não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 13.2.** O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:
- 13.2.1.** supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 13.2.2.** suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- 13.2.3.** repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- 13.2.4.** atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- 13.3.** As hipóteses de extinção a que se referem os subitens **13.2.2**, **13.2.3** e **13.2.4** deste instrumento observarão as seguintes disposições:
- 13.3.1.** não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- 13.3.2.** assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea “d” do inciso II do **caput** do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.4.** Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 13.5.** A extinção do contrato poderá ser:
- 13.5.1.** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 13.5.2.** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 13.5.3.** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 13.6.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas

**Aquisição de calçados de proteção**

a termo no respectivo processo.

**13.7.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

**13.7.1.** devolução da garantia;

**13.7.2.** pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

**13.7.3.** pagamento do custo da desmobilização.

**13.8.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei, as seguintes consequências:

**13.8.1.** assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

**13.8.2.** ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

**13.8.3.** execução da garantia contratual para:

**13.8.3.1.** ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;

**13.8.3.2.** pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;

**13.8.3.3.** pagamento das multas devidas à Administração Pública;

**13.8.3.4.** exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

**13.8.3.5.** retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

**14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 211.176,60 (duzentos e onze mil e cento e setenta e seis reais e sessenta centavos)**, conforme distribuição abaixo:

LOTE 01 (ÚNICO)					
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Sapato de proteção para coleta domiciliar e varrição, com palmilha resistente à perfuração. Nº 33 ao 47.	1.000	par	R\$ 148,32	R\$ 148.320,00
02	Bota de proteção tipo borzeguim solado de poliuretano bi densidade bicolor com salto, palmilha de aço. Nº 36 ao 45.	300	par	R\$ 159,62	R\$ 47.886,00
03	Bota de PVC branca. Nº 37 ao 44.	100	par	R\$ 117,30	R\$ 11.730,00

**Aquisição de calçados de proteção**

04	Bota de borracha com palmilha de aço. Nº 37 ao 44.	30	par	R\$ 108,02	R\$ 3.240,60
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 211.176,60</b>

**15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 15.1.** As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

**2708.1100.17.512.046.2.900.0001.339030.34.1.500.000.0000**

- 15.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**16. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO**

- 16.1.** Todos os trabalhos serão acompanhados e fiscalizados pela Contratante, que terá plenos poderes para verificar e fazer cumprir a perfeita execução do objeto contratado, de acordo com as exigências contratuais, especificações, normas técnicas, instruções técnicas, padrões de qualidade e legislação vigente, desde o início dos serviços, até o final da vigência contratual.
- 16.2.** O objeto ora licitado será acompanhado e fiscalizado pela **Gerência de Medicina e Segurança do Trabalho GMEST** da Contratante.
- 16.3.** A fiscalização da Contratante não eximirá a Contratada da responsabilidade pela prestação dos serviços avençados.

**17. OUTRAS INFORMAÇÕES**

- 17.1.** Quaisquer requisitos necessários ao desempenho do presente ajuste pelo Contratado e que não constem neste instrumento, porém, necessários ao cumprimento da execução dos serviços, deverão ser cumpridos, tal como se tivessem sido estipulados e indicados neste instrumento.
- 17.2.** O Contratante poderá recorrer a serviços técnicos externos para acompanhamento do fornecimento objeto desta contratação, inclusive com vistas à melhoria de sua qualidade.

**18. INTEGRA O PRESENTE TERMO O SEGUINTE ANEXO**

- 18.1.** **APÊNDICE I** – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SAPATOS DE PROTEÇÃO PARA COLETA DOMICILIAR E VARRIÇÃO – ITEM 01 DO LOTE 01 (ÚNICO);
- 18.2.** **APÊNDICE II** – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS BOTAS DE PROTEÇÃO TIPO BORZEGUIM – ITEM 02 DO LOTE 01 (ÚNICO);
- 18.3.** **APÊNDICE III** – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS BOTAS PVC BRANCAS – ITEM 03 DO LOTE 01 (ÚNICO);
- 18.4.** **APÊNDICE IV** – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS BOTAS DE BORRACHA COM PALMILHA DE AÇO – ITEM 04 DO LOTE 01 (ÚNICO).

**Aquisição de calçados de proteção**

Belo Horizonte, 23 de agosto de 2024.


---

**Henrique Faleiro Souza**  
**Mat.: 80035-0**  
**Gerente de Medicina e Segurança do Trabalho**

---

**Diogo Sie Carreiro Lima**  
**Diretor Administrativo-Financeiro**



SUPERINTENDÊNCIA	FICHA DE ESPECIFICAÇÃO DE EPI	Revisão	
		01	2023
DE LIMPEZA URBANA		Pág.	1

### Nome EPI

**CALÇADO DE SEGURANÇA PARA COLETA DOMICILIAR E VARRIÇÃO**

CA referência:	46107	SIEST referência:	24696 / 24707	Tamanho:	33 a 44
----------------	-------	-------------------	---------------	----------	---------


### Aplicação:

Coleta, varrição, manutenção mecânica, compostagem, URPV, triagem de entulho, aterro sanitário e atividades diversas.

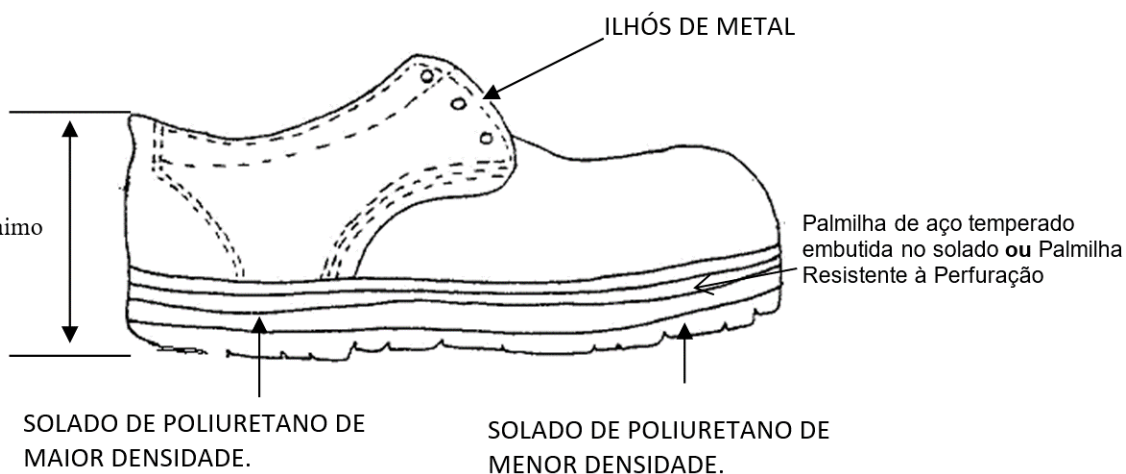
### Descrição SIEST

### Requisitos técnicos

1. Sapato de amarrar, cor preta, com atacador (cadarço) em algodão, também na cor preta, trançado e chato com pontas resinadas;
2. Cabedal em **Vaqueta lisa** de boa qualidade, macia, com 2,0 mm de espessura;
3. Debrum acolchoado com espuma, forrada com espessura de 1,0 mm;
4. O debrum não deverá ser separado do cabedal (deverão formar uma única peça);
5. Taloneira sobreposta;
6. Biqueira interna confeccionada em material termoplástico (*Composite*), forrada por manta geotêxtil ou raspa de boa qualidade, de modo a oferecer conforto ao usuário;
7. Palmilha de montagem em não tecido fixada no cabedal através de costura (sistema *strobel*);
8. Palmilha de aço temperado embutida no solado **ou** Palmilha não metálica Resistente à Perfuração (PAP) com 03(três) camadas de proteção: tecido poliéster, resina poliuretana e resina termoplástica, cobrindo 100% da planta do pé, flexível e resistente à força de perfuração de no mínimo 110 kgf (1.000 newtons). Quando a palmilha não for embutida, deverá estar firmemente fixada por costura (sistema *strobel*).
9. Palmilha de limpeza antimicrobiana, medindo 3,0 mm de espessura, removível para facilitar a higienização;
10. Solado tipo Anabela, com salto de no máximo 1,0 cm, antiderrapante de poliuretano, expandido diretamente no cabedal, bi densidade (bicolor);
11. Costura inclinada ou reta do solado até ao talão;
12. Contraforte embutido confeccionado em material termoplástico;
13. Ilhós de metal resistente à corrosão;
14. Lingueta em vaqueta costurada na gáspea com o talão;
15. Certificado de Aprovação – CA, expedido pelo Ministério do Trabalho, nome do fabricante e numeração dos calçados gravados em ambos os pés, em caracteres indelévels e bem visíveis; Não serão aceitas impressões em formas de carimbos, marcação à tinta e/ou similar.
16. O calçado deverá proporcionar boa absorção de impacto e resistência à perfuração;
17. Devem constar obrigatoriamente no CA do equipamento as informações relativas à:
  - 17.1. Biqueira de *composite*, palmilha resistente à perfuração, Solado PU Bi-densidade
  - 17.2. Laudo Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos e contra agentes abrasivos, escoriantes e perfurantes.

SUPERINTENDÊNCIA	<b>FICHA DE ESPECIFICAÇÃO DE EPI</b>	Revisão	
		<b>01</b>	<b>2023</b>
DE LIMPEZA URBANA		Pág.	2

**Imagens referência:**



SUPERINTENDÊNCIA	<div style="text-align: center;"> <b>FICHA DE ESPECIFICAÇÃO DE EPI</b> </div>	Revisão	
		01	2023
DE LIMPEZA URBANA		Pág.	1

### Nome EPI

**BOTAS DE PROTEÇÃO TIPO BORZEGUIM**

<b>CA referência:</b>	<b>47056</b>	<b>SIEST referência:</b>	24683 a 24693	<b>Tamanho:</b>	33 a 44
-----------------------	--------------	--------------------------	---------------	-----------------	---------

### Aplicação:

Multitarefas, URPV e aterro sanitário.

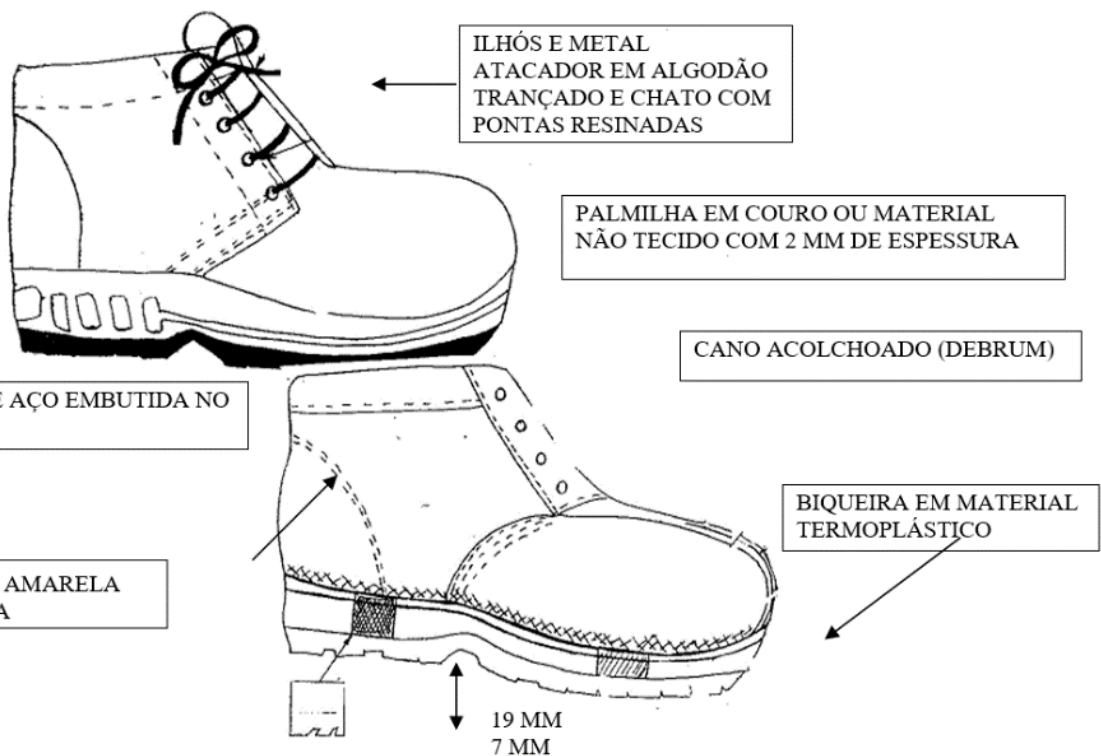
### Descrição SIEST


### Requisitos técnicos

1. Bota de proteção, modelo tipo borzeguim, cor preta, com atacador (cadarço) em algodão, também na cor preta, trançado e chato com pontas resinadas;
2. Cabedal confeccionado em vaqueta lisa de boa qualidade com 2,0 (dois) milímetros de espessura;
3. Ilhós de metal resistente à corrosão;
4. Solado antiderrapante de poliuretano expandido diretamente no cabedal, bidensidade (bicolor) com salto;
5. Biqueira interna confeccionada em material termoplástico (*Composite*), forrada por manta geotêxtil ou raspa de boa qualidade, de modo a oferecer conforto ao usuário;
6. Palmilha de montagem em material não tecido, medindo 2,0 mm de espessura, fixada no cabedal através de costura (sistema *strobel*);
7. Palmilha de aço temperado embutida no solado **ou** Palmilha Resistente à Perfuração (PAP) com 03(três) camadas de proteção: tecido poliéster, resina poliuretana e resina termoplástica, cobrindo 100% da planta do pé, flexível e resistente à força de perfuração de no mínimo 110 kgf (1.000 newtons). Quando a palmilha não for embutida, deverá estar firmemente fixada por costura (sistema *strobel*).
8. Palmilha de limpeza antimicrobiana, removível medindo 03 mm de espessura, para facilitar a higienização;
9. Taloneira sobreposta;
10. Cano acolchoado na borda (debrum)
11. Contraforte embutido confeccionado em material termoplástico;
12. Costura inclinada ou reta do solado até ao talão;
13. Lingueta em vaqueta costurada na gáspea com o talão;
14. Certificado de Aprovação expedido pelo Ministério do Trabalho e nome do fabricante gravado em caracteres indelévels (baixo relevo) nos pés direito e esquerdo, numeração do calçado impresso em alto relevo no solado;
  - 14.1. Não serão aceitos gravação do C.A., numeração e nome do fabricante em forma de carimbos, marcados à tinta e/ou similar;
15. Devem constar obrigatoriamente no CA do equipamento as informações relativas à:
  - 15.1. Biqueira de composite, palmilha resistente à perfuração, Solado PU Bi-densidade
  - 15.2. Laudo Aprovado Para: proteção dos pés do usuário contra impactos de quedas de objetos sobre os artelhos e contra agentes abrasivos, escoriantes e perfurantes.

SUPERINTENDÊNCIA	<b>FICHA DE ESPECIFICAÇÃO DE EPI</b>	Revisão	
<b>SLU</b>		01	2023
DE LIMPEZA URBANA		Pág.	2

**Imagens referência:**



SUPERINTENDÊNCIA	FICHA DE ESPECIFICAÇÃO DE EPI	Revisão	
		01	2023
DE LIMPEZA URBANA		Pág.	1

### Nome EPI

Bota em PVC branca

CA referência:	32165	SIEST referência:	24710 a 24748	Tamanho:	37 a 44
----------------	-------	-------------------	---------------	----------	---------

### Aplicação:

Serviços Gerais.


### Descrição SIEST

### Requisitos técnicos

- Bota confeccionada em PVC na cor branca, de boa qualidade;
- Forro interno confeccionado em tecido de malha de algodão antialérgico;
- Solado antiderrapante;
- Comprimento total de 25 cm a 30 cm;
- Certificado de Aprovação expedido pelo Ministério do Trabalho e nome do fabricante gravado de forma indelével (alto relevo) nos dois pés (cabedal) e numeração da bota impressa no solado em alto relevo, nos dois pés.

### Imagens referência:



SUPERINTENDÊNCIA	FICHA DE ESPECIFICAÇÃO DE EPI	Revisão	
		01	2023
DE LIMPEZA URBANA		Pág.	1

### Nome EPI

Bota de borracha com palmilha de aço

CA referência:	40794	SIEST referência:	24710	Tamanho:	37 a 44
----------------	-------	-------------------	-------	----------	---------

### Aplicação:

Lavação de veículos, aterragem dos resíduos e multitarefa.

### Descrição SIEST

### Requisitos técnicos

- Bota confeccionada em PVC de boa qualidade;
- Cor preta;
- Solado antiderrapante;
- Altura do cano 35(trinta e cinco) cm;
- Palmilha de aço embutida no solado;
- Certificado de Aprovação expedido pelo Ministério do Trabalho e nome do fabricante impresso em caracteres indelévels (alto relevo) nos dois pés (cabedal) Numeração da bota, impressa no solado em alto relevo.

### Imagens referência:



PVC COM 2 MM DE  
ESPESSURA

SOLADO ANTIDERRAPANTE  
COM PALMILHA DE AÇO  
EMBUTIDA NO SOLADO